

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO ASSIS GURGACZ  
MILENA CRISTINA GRIZ**

**A REFORMA DO ENSINO MÉDIO PELA ÓTICA DO JORNAL FOLHA DE SÃO  
PAULO**

**CASCADEL - PR  
2023**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO ASSIS GURGACZ**  
**MILENA CRISTINA GRIZ**

**A REFORMA DO ENSINO MÉDIO PELA ÓTICA DO JORNAL FOLHA DE SÃO  
PAULO**

**Trabalho apresentado como requisito  
parcial para conclusão da disciplina TCC  
2 – Artigo -, do curso de Jornalismo do  
Centro Universitário da Fundação Assis  
Gurgacz.  
Prof. Orientador(a): Vanessa Luiza de  
Wallau**

**CASCAVEL – PR**  
**2023**

## A REFORMA DO ENSINO MÉDIO PELA ÓTICA DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO

Milena Cristina Griz<sup>1</sup>  
Vanessa Luiza de Wallau<sup>2</sup>

### RESUMO:

Este artigo aborda os discursos veiculados pelo Jornal Folha de São Paulo acerca da Reforma do Ensino Médio. A indagação que orienta a pesquisa investiga de que maneira as configurações ideológico-discursivas presentes nos editoriais da Folha de São Paulo refletem a postura do periódico em relação à mencionada reforma. O objetivo geral consiste na análise dos editoriais do referido jornal, visando compreender suas posições, à luz dos estudos dialógicos-discursivos, sobre a Reforma do Ensino Médio. A fundamentação teórica baseia-se nos trabalhos de Saviani (2010), Frigotto (2016), Fiorin (2011), Brait (2005), Bakhtin e Voloshinov (2014). A pesquisa adota uma abordagem qualitativo-interpretativa, utilizando documentação bibliográfica para a construção teórica e documental para a análise dos textos. Como resultado, constata-se que os editoriais veiculados pelo jornal, em ambos os períodos analisados, mantiveram postura favorável à Reforma do Ensino Médio.

**Palavras-chave:** Reforma do Ensino Médio; Jornal Folha de São Paulo; Análise Dialógica do Discurso.

### 1 INTRODUÇÃO

Em um contexto de fragilidade política, após o impeachment da Presidente Dilma Rousseff de 31 de agosto de 2016, o novo governo, presidido por Michel Temer, apresenta uma série de medidas que visavam mudanças em diferentes áreas de atuação. Entre elas estão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Teto de Gastos (nº 55, de 2016), a reforma trabalhista (PL 6787/2016), a Lei da Terceirização (nº 339, de 2016), a reforma da previdência (PEC 287/2016), e, no âmbito da educação, a reforma do Ensino Médio (Medida Provisória nº 746, de 2016).

Instituída no ano seguinte pela Lei 13.415/2017, a reforma do Ensino Médio impôs mudanças na estrutura e no currículo das escolas brasileiras. As alterações envolvem a redução de disciplinas obrigatórias, a ampliação da carga horária e a flexibilização de conteúdos, por exemplo. Na época, a reforma gerou debates pelo

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 8º período do curso de Jornalismo do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz. E-mail: milenacgriz@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Mestre em Letras pela Unioeste. Professora dos cursos de Letras, Jornalismo e Fotografia do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz. E-mail: vanessaluiza@fag.edu.br

país e, até mesmo, ocupações de colégios e universidades organizadas pelos estudantes. Mais de 1100 escolas foram ocupadas em 22 estados brasileiros e no Distrito Federal em outubro de 2016. No início de 2023, as discussões em torno do assunto estiveram novamente nas páginas de notícias, especialmente após pedidos de especialistas para a revogação da lei.

Diante disso, a cobertura jornalística se apresenta como mediadora do debate público sobre o tema, no levantamento e circulação de informações, além de posicionar-se discursivamente, expressando opiniões próprias. O jornal *Folha de São Paulo*, nessa direção, publicou diversas reportagens, artigos de opinião e editoriais sobre a reforma do Ensino Médio. O veículo possui, segundo Poder 360<sup>3</sup>, quase 300 mil assinaturas on-line pagas, configurando-se como um dos maiores jornais de comunicação do Brasil.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar editoriais do jornal *Folha de São Paulo*, no intuito de compreender seus posicionamentos à luz dos estudos dialógicos-discursivos, sobre a reforma do Ensino Médio. A pergunta norteadora do estudo, sendo assim, questiona: de que maneira as configurações ideológico-discursivas dos editoriais da *Folha de São Paulo* refletem o posicionamento do jornal a respeito da Reforma do Ensino Médio?

Para fins desta pesquisa, foram selecionados sete editoriais publicados sobre o tema, sendo quatro dos períodos de 01 de setembro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, e três de 01 de janeiro de 2023 a 31 de julho de 2023. O primeiro intervalo representa a repercussão logo após a apresentação da medida, já o segundo, diz respeito ao período vigente, após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O estudo se justifica pela importância de compreender o modo como a mídia jornalística aborda temas educacionais de grande impacto na sociedade. Embora a opinião pública seja formada por uma série de fatores, a imprensa ainda exerce papel fundamental na construção dessa opinião. Como aponta Rüdiger (2015, p. 311), “o público influencia os jornais, tanto quanto estes influenciam o seu público”, motivo pelo qual se faz necessário investigar os interesses presentes nos discursos e no novo Ensino Médio, dado que pesquisadores e pedagogos têm questionado a reforma.

---

<sup>3</sup> Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/economia/assinaturas-digitais-crescem-mas-ritmo-e-o-menor-desde-2018/>. Acesso em: 30 out. 2023.

Entre os autores que a problematizam, Melo e Sousa (2017) afirmam que a reforma não representa as perspectivas da comunidade educacional e tem como objetivo “uma preparação ao trabalho simples de natureza indiferenciada, desconsiderando assim seu papel mais alto que é o da educação crítica, emancipadora, de formação social e humanística” (MELO; SOUSA, 2017, p. 32).

Dessa forma, as discussões em torno do jornal *Folha de São Paulo* podem ser analisadas à luz da Análise Dialógica do Discurso (doravante, ADD), uma vez que “a metodologia da ADD busca compreender as regularidades enunciativo-discursivas que engendram e se engendram na constituição e no funcionamento dos gêneros do discurso”. (PEREIRA; RODRIGUES, 2010, p. 148).

Nesse contexto, os jornais são espaços de interação discursiva, nos quais se manifestam diferentes pontos de vista, posições ideológicas e perspectivas. A linha editorial de cada jornal influencia na seleção e na construção desses enunciados, refletindo tanto a posição do veículo em relação aos acontecimentos quanto as vozes que são privilegiadas ou excluídas. A ADD, portanto, permite uma análise aprofundada do papel do veículo jornalístico na formação de opinião e no debate público sobre questões educacionais.

A pesquisa está organizada da seguinte maneira: primeiro, realiza-se uma breve contextualização em torno das tendências educacionais no Brasil, a partir de uma perspectiva histórico-ideológica, até a promulgação e a implementação da Reforma do Ensino Médio; em seguida, busca-se desenvolver as principais concepções em torno da ADD que sustentam a pesquisa; e, finalmente, apresenta-se a análise teórico-prática dos editoriais da *Folha de São Paulo*, na perspectiva da ADD.

## 2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Para compreender as tendências educacionais presentes ao longo da história do Brasil, Saviani (2010) as classifica em quatro períodos, com critérios de predominância e hegemonia, sendo eles:

- 1º Período (1549-1759): Monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional, subdividido nas seguintes fases:
  1. Uma pedagogia brasileira ou o período heróico (1549-1599);
  2. A institucionalização da pedagogia jesuítica ou o *Ratio Studiorum* (1599-1759).

2º Período (1759-1932): Coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional, subdividido nas seguintes fases:

1. A pedagogia pombalina ou as ideias pedagógicas do despotismo esclarecido (1759-1827);
2. Desenvolvimento da pedagogia leiga: ecletismo, liberalismo e positivismo (1827-1932);

3º Período (1932-1969): Predominância da pedagogia nova, subdividido nas seguintes fases:

1. Equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova (1932- 1947);
2. Predomínio da influência da pedagogia nova (1947-1961);
3. Crise da pedagogia nova e articulação da pedagogia tecnicista (1961-1969).

4º Período (1969-2001): Configuração da concepção pedagógica produtivista, subdividido nas seguintes fases:

1. Predomínio da pedagogia tecnicista, manifestações da concepção analítica de filosofia da educação e concomitante desenvolvimento da visão crítico-reprodutivista (1969-1980);
2. Ensaio contra-hegemônico: pedagogias da "educação popular", pedagogias da prática, pedagogia crítico-social dos conteúdos e pedagogia histórico-crítica (1980-1991);
3. O neoprodutivismo e suas variantes: neoescolanovismo, neoconstrutivismo e neotecnicismo (1991-2001). (SAVIANI, 2010, p. 19-20).

A pedagogia histórico-crítica, proposta por Saviani na década de 1980, representa tentativas de mudanças educacionais que trazem os interesses populares para o debate (AMARAL, 2022). Embora as pedagogias críticas tenham suscitado uma expectativa de superação da teoria do capital humano, principalmente nos anos 1980, para Saviani, esse movimento não representou um período diferenciado, “tratava-se de uma hegemonia conjuntural e circunscrita ao processo de mobilização, não chegando, em nenhum momento, a se impor, isto é, a se encarnar na prática educativa como forma dominante” (SAVIANI, 2010, p. 20).

Portanto, na década seguinte surge “a ideia da educação como o instrumento mais poderoso de crescimento econômico e, por consequência, de regeneração pessoal e de justiça social” (SAVIANI, 2010, p. 21), marcada pelas políticas neoliberais que se intensificaram nos anos 1990.

As teorias educacionais da década de 1990 cumprem um objetivo principal: servir às muitas exigências do mercado financeiro e equilíbrio fiscal. Em vista disso, pedagogias consideradas contra-hegemônicas começam a enfraquecer, passando a predominar aquelas pautadas no lema ‘aprender a aprender’. A educação passa a ter o compromisso de preparar as pessoas para atuarem no mercado capitalista em expansão, o qual exige mão de obra qualificada. (AMARAL, 2022, p. 78).

É nesse período que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) é aprovada em 20 de dezembro de 1996, que “reitera o princípio da gestão democrática e, ao fazê-lo, reafirma o espírito democrático na construção da

educação pública” (BUGS et al. 2020, p. 87). De acordo com a nova lei, a educação é conceituada como:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (...)

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; (BRASIL, 1996).

Além de definir os princípios e finalidades, o documento também legisla sobre a obrigatoriedade, gratuidade e qualidade, descrevendo a função do Estado e garantindo uma gestão democrática. Ela também define os sistemas de ensino, os níveis e modalidades, a formação e valorização dos profissionais da educação e os recursos financeiros (BRASIL, 1988).

Entretanto, de acordo com Jung e Fossati (2018, p. 57) “o discurso legal precisa estar alinhado com a prática”. Para Paulo Freire (apud Jung e Fossati, 2018, p. 57), “O que não é possível é simplesmente fazer o discurso democrático, antidiscriminatório e ter uma prática colonial”. Se a Constituição de 1988 e a LDB 9.394/96 garantem à comunidade escolar e universitária uma gestão democrática e descentralizada do poder nas decisões internas, “ao mesmo tempo, são subordinadas e governadas por diferentes políticas educacionais que, por vezes, são inconstantes e sujeitas a governança da vez” (BUGS et al. 2020, p. 87).

Já nos primeiros anos do século XXI, houve um avanço na incorporação de demandas sociais, como o fortalecimento das políticas de educação de jovens e adultos e a universalização da educação básica, além de programas que favoreciam empresas privadas de educação, como mencionam Melo e Sousa (2017, p. 26): “Tais ações contribuíram fortemente para criar uma espécie de encantamento sobre a permanência de tais conquistas políticas: conquistas de direitos, de ampliação de inclusão social, de reconhecimento da diversidade cultural”. Encantamento que não duraria muito tempo.

Já no segundo mandato, após mais de uma década de governos do Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Rousseff vê a governabilidade ameaçada por uma série de fatores como baixa popularidade, com muitas manifestações iniciadas ainda em 2013 e falta de alinhamento com o Congresso Nacional. Em 2 de dezembro de 2015, o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, deu prosseguimento ao pedido de impeachment dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. O processo de Dilma Rousseff teve duração de 273 dias e se encerrou em 31 de agosto de 2016 com a cassação do mandato, com a justificativa de crime de responsabilidade pela prática das chamadas "pedaladas fiscais" e pela edição de decretos de abertura de crédito sem a autorização do Congresso.

Para Ramos e Frigotto (2016, p.35), entretanto, a cassação da presidente foi um golpe da burguesia:

Mesmo sendo governos de conciliação, as políticas sociais e, em particular, a recomposição e aumento do salário mínimo ao longo de mais de uma década nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, avançaram além do suportável para uma classe dominante de DNA escravista e colonizador e, num momento de crise mundial profunda do sistema capital, já que não conseguiram assumir o poder pelo voto popular, o tomaram por meio de um Golpe de Estado.

Diante do golpe, os autores destacam ainda que é o campo da educação, “o âmbito onde a organicidade de classe melhor se explicita (...), terreno da formação das novas gerações” (RAMOS e FRIGOTTO, 2016, p. 35). Portanto, o novo governo toma uma série de medidas no que diz respeito à educação, como elencam Melo e Sousa (2017, p. 26):

A destituição e esvaziamento do Conselho Nacional da Educação e, praticamente, a destruição do Fórum Nacional da Educação – que, dentre suas competências legais, está a coordenação da Conferência Nacional da Educação de 2018, bem como de suas etapas estaduais e municipais, além de outros espaços colegiados democráticos em toda a nação. Uma profusão de mudanças nos marcos legais das políticas educacionais e de seu orçamento está se constituindo, no sentido de tornar irreversível a curto e longo prazo o avanço da privatização da educação pública no Brasil.

É em um contexto de fragilidade política que a reforma do Ensino Médio foi apresentada, em caráter de urgência, pela Medida Provisória nº 746 de setembro de 2016 (mais tarde se torna a Lei 13.515/2017), que alterou a Lei de Diretrizes e



Bases da Educação (LDB 9.394/1996) com a justificativa de melhorar a última fase da educação básica e gerar mais atratividade para os jovens, como apontam Ramos e Frigotto (2016).

O grupo que assumiu o MEC no atual governo argumenta que o ensino médio no Brasil é o principal desafio da educação brasileira, com um quadro de estagnação das matrículas, a existência de mais de um milhão de jovens de 15 a 17 anos fora da escola. Apresenta, ainda, um dado de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas de que 40,3% desses jovens apresentam a falta de interesse no ensino médio como motivo. (RAMOS; FRIGOTTO, 2016, p. 36).

A primeira alteração da MP nº 746 diz respeito à carga horária, modificando o artigo 24 da LDB 9395/96, de forma que “a carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser progressivamente ampliada, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas” (BRASIL, 2016), antes eram 800 horas anuais. Em seguida, no artigo 26, a medida previa a não obrigatoriedade do ensino de Artes e Educação Física para o Ensino Médio (BRASIL, 2016). Entretanto, as principais mudanças sobre o currículo são tratadas no artigo 36:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos específicos, a serem definidos pelos sistemas de ensino, com ênfase nas seguintes áreas de conhecimento ou de atuação profissional:

- I - linguagens;
- II - matemática;
- III - ciências da natureza;
- IV - ciências humanas; e
- V - formação técnica e profissional

§ 1º Os sistemas de ensino poderão compor os seus currículos com base em mais de uma área prevista nos incisos I a V do caput.

§ 3º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências, habilidades e expectativas de aprendizagem, definidas na Base Nacional Comum Curricular, será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) teve sua primeira versão publicada em 2015, logo após a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE - Lei 13.000/2014). Na gestão de Temer, em 2016, o documento passou por mais duas versões, sendo aprovado em 2017 pelo Conselho Nacional da Educação (CNE). Conforme Caetano (2020), três conselheiras, comprometidas com a educação, votaram contra a aprovação da BNCC, declarando que o documento não foi construído por meio de uma gestão democrática, o que rompe com o fundamento democrata da educação básica.

Conforme o artigo 36, nesse sentido, a reforma passa a contemplar a BNCC, que, em seu texto introdutório, afirma ser um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo das aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o PNE (BRASIL, 2017). O documento prevê a aprendizagem com base em competências, uma concepção curricular padronizada.

Outro ponto apresentado pela reforma, foram os itinerários formativos, compostos por linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica e profissional, que deveriam ser implementados em tempo integral, progressivamente. Com isso, apenas uma parte do Ensino Médio seria coletiva a todos e, depois de concluída, o estudante poderia optar entre os itinerários formativos. No entanto, essa escolha aconteceria diante da oferta dos itinerários disponíveis pelo sistema de ensino, segundo David (2019). A autora chama atenção para os interesses imbricados na reforma, uma vez que:

Percebe-se a fragilidade desta reforma, e compreendem-se assim seus interesses alinhados às necessidades do mercado empresarial, relegando os filhos da classe trabalhadora para uma formação técnica e pauperizada, dificultando a entrada destes na universidade, destinando assim aos filhos das classes mais abastadas os bancos universitários (DAVID, 2019, p. 48).

Motta e Frigotto (2017) corroboram com essa perspectiva ao afirmarem que:

Trata-se de uma contrarreforma que expressa e consolida o projeto da classe dominante brasileira em sua marca antinacional, antipovo, antieducação pública, em suas bases político-econômicas de capitalismo dependente, desenvolvimento desigual e combinado, que condena gerações ao trabalho simples e nega os fundamentos das ciências que permitem aos jovens entender e dominar como funciona o mundo das coisas e a sociedade humana (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p. 369).

A análise de Motta e Frigotto (2017) oferece uma visão crítica sobre a reforma do Ensino Médio de setembro de 2016, à medida que os autores destacam as consequências negativas para a formação de jovens e o desenvolvimento do país. Essas reflexões são importantes para compreender, posteriormente, como o jornal Folha de São Paulo trouxe a Reforma para os editoriais.

### 3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO

As discussões em torno do jornal *Folha de São Paulo* podem ser analisadas à luz da Análise Dialógica do Discurso. Essa abordagem considera o enunciado como uma unidade de comunicação que se constitui por meio do diálogo entre diferentes vozes e discursos presentes na sociedade. Entre eles, estão os jornais, que, de acordo com as próprias linhas editoriais, constrói enunciados refletindo as posições ideológicas frente aos acontecimentos. Nesse sentido, os pressupostos teórico-metodológicos da ADD permitem compreender o modo pelo qual esses jornais constroem narrativas e representações sociais ao influenciar a opinião pública e contribuir para a formação de diferentes discursos e perspectivas no contexto sociopolítico do país.

Entre as tradições filosóficas, o linguista brasileiro Fiorin (2011) compreende os textos de Mikhail Bakhtin a partir de uma atitude que “considera a diversidade, heterogeneidade, vir a ser, inacabamento, dialogismo” (FIORIN, 2011, p. 10). O teórico russo, nascido no final do século XIX, formou-se em História e Filologia na Universidade de São Petersburgo e, em seguida, de 1918 a 1920, foi professor em Nevel, onde formou um círculo de pensadores, que mais tarde se tornaria conhecido como Círculo de Bakhtin, entre os quais participavam Matvei Issaévitch Kagan, Valentin Nikolaévitch Voloshinov e Pável Nikolaévitch Medvedev.

Bakhtin escreve até o final da vida, em 1975, e muitos de seus escritos foram publicados postumamente. Porém, as obras se tornaram notáveis pelos círculos europeus apenas em 1967, com a publicação do trabalho da búlgara Júlia Kristeva, *Bakhtin, o discurso, o diálogo, o romance*. No ano seguinte, surgem as primeiras traduções para o italiano e o inglês. Já no Brasil, a primeira tradução para o português foi da obra *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*, em 1979. Segundo Fiorin (2011, p. 9):

Sua trajetória foi marcada pelo ostracismo, pelo exílio e pela marginalidade dos círculos acadêmicos mais prestigiados. Teve, no entanto, ao longo de sua vida, uma intensa atividade de reflexão e escrita, que fez dele um dos grandes pensadores do século XX.

Na obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin define o signo como ideológico:

Todo signo, como sabemos, resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. Razão pela qual as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece. Uma modificação destas formas ocasiona uma modificação do signo. (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 2014, p. 43).

Os conceitos de enunciado/enunciação têm papel fundamental no pensamento bakhtiniano uma vez que a “linguagem é concebida de um ponto de vista histórico, cultural e social que inclui, para efeito de compreensão e análise, a comunicação efetiva e os sujeitos nela envolvidos” (BRAIT, 2005, p. 65).

Dessa forma, Fiorin (2011) define o conceito de dialogismo apresentado pela teoria bakhtiniana: “Isso quer dizer que o enunciador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu. Por isso, todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio” (FIORIN, 2011, p. 9), ou seja, o dialogismo pode ser definido como as relações de sentido que são estabelecidas entre enunciados.

Desde o início das discussões mais complexas sobre a concepção de enunciados e gêneros discursivos, Bakhtin compreende que todos os campos da atividade humana estão imbricados na linguagem. O uso da língua se dá por enunciados únicos, tanto orais quanto escritos, os quais são expressos pelo indivíduo pertencente a determinado campo da atividade humana. Esses enunciados representam a necessidade da comunicação social por meio da linguagem e, por esse motivo, tratam-se de interações humanas que, de acordo com o autor, buscam provocar uma resposta, colocando o indivíduo para quem se fala em uma posição responsiva.

Porque é produzido para alguém e carrega consigo a função de criar uma interação comunicativa, o enunciado propõe intenções do que se quer falar ao outro. Essas intenções são indispensáveis na organização de um enunciado e é por meio delas que os gêneros discursivos são criados. Acosta Pereira e Rodrigues (2010, p. 148) os definem “como enunciados relativamente estáveis, se apresentam flexíveis, dinâmicos e fluídos, como também são histórico-culturalmente situados”.

Sob essa perspectiva, considerando o jornal *Folha de São Paulo* como produtor de enunciados no contexto da reforma do Ensino Médio, compreende-se a importância das intenções presentes nesses enunciados. Por meio da seleção dos

elementos constituintes da enunciação dialógica, os jornais constroem suas narrativas e influenciam a interação comunicativa com seus leitores. Dessa forma, a análise dos enunciados permite um entendimento mais aprofundado do papel dos veículos jornalísticos na formação de opinião e no debate público sobre questões educacionais.

#### 4 A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO EDITORIAL NA FOLHA DE SÃO PAULO

Fundado em 1921 por Olival Costa e Pedro Cunha, o *Jornal da Noite*, que mais tarde viria a ser a *Folha de São Paulo*, tinha como pauta as deficiências dos serviços públicos, além de lançar campanha pelo voto secreto, apoiar o tenentismo e o Partido Democrático, como aponta o site do veículo. Em 1925, é lançado o *Jornal da Manhã*, edição matutina da *Folha da Noite*. Na década seguinte, o jornal é vendido para Octaviano Alves Lima e passa a priorizar “a defesa dos interesses da lavoura, defende o liberalismo e se opõe ao Estado Novo” (FOLHA DE SÃO PAULO, s.d., on-line). Em janeiro de 1931, a companhia passou a se chamar Empresa Folha da Manhã e a tiragem diária subiu de 15 mil exemplares para 80 mil.

Em 1945, o controle do jornal passa para José Nabantino Ramos, tendo como política editorial a imparcialidade. Nesse período, “os jornais, feitos para a classe média, defendem o ensino público e a cédula única” (FOLHA DE SÃO PAULO, s.d., on-line). Quatro anos mais tarde, é lançado o jornal *Folha da Tarde* e, no final dos anos 1950, é lançado o caderno de cultura e variedades, a *Ilustrada*. Em janeiro de 1960, os três títulos da empresa (*Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*) se fundiram e assim surgiu o jornal *Folha de São Paulo* – também conhecido como *Folha de S.Paulo*.

O jornal ainda era um veículo pequeno em um mercado liderado por *O Estado de São Paulo*. No entanto, teve um crescimento no ano de 1963, vendendo 60 milhões de exemplares e 100 mil cópias diárias; e fechou o ano com 70 mil assinantes (MAGALHÃES, 2001). No ano seguinte, o presidente João Goulart sofre um golpe de Estado e os militares assumem o poder, dando início à Ditadura Militar, que vai de 1964 a 1985.

Em março de 1964, o jornal lança um editorial defendendo sua posição como:

Liberal, a **Folha de S.Paulo** apresenta hoje aos seus leitores uma página de editoriais que marcam o pensamento dominante em sua direção, mas faz questão de incluir em suas páginas artigos de outros comentaristas que defendem, por vezes, pontos de vista diversos [...], dando ao seu leitor a possibilidade de encontrar opiniões diversas, que possa cotejar e julgar, aceitando-as ou desprezando-as. (MAGALHÃES, 2001, on-line, grifo do autor).

Entretanto, em abril de 1964, após o golpe, Magalhães (2001) aponta que a posição do jornal teria mudado a partir de editoriais publicados:

A **Folha** apoiou a deposição de Goulart porque considerou ter havido esquerdização do governo. Em 2 de abril, um editorial indagava: 'Por que haveriam os comunistas de dominar o Brasil e dar o tom da política nacional?'. O jornal não participou, contudo, da conspiração que envolveu muitas publicações. Em 17 de março, duas semanas antes do golpe, se opôs à proposta de 'impeachment' do presidente: 'Já há fogueiras acesas em demasia para que se lance mais combustível a elas'. (MAGALHÃES, 2001, on-line, grifo do autor).

De acordo com Meneses (2013), o golpe foi inicialmente celebrado pelo jornal e narrado como uma “revolução” necessária: “Em sua primeira fase narrativa – período que vai de 1964 a 1975 –, o acontecimento é celebrado de forma efusiva pelo jornal, como tendo sido o evento marcante que recolocou o País no ‘rumo’ certo” (MENESES, 2013, p. 44). Nos anos seguintes, portanto, houve movimentos por mudanças no cenário político, pela abertura política e posteriormente pela luta pelas eleições diretas.

A euforia produzida em torno dos debates pela abertura e, posteriormente, sobre o movimento das Diretas eclipsará durante longos anos a memória em torno dos momentos da efetivação do golpe, seu desenrolar atrelado às denúncias de torturas, perseguições políticas e exílios. Ficaram à sombra boa parte de seus deflagradores e apoiadores, a tal ponto que alguns se tornaram os porta-vozes da luta pela democracia, como foi o caso do jornal aqui analisado, a *Folha de São Paulo* (MENESES, 2013, p. 45).

Na década de 1980, a *Folha* assumiu a liderança na imprensa diária brasileira como o jornal de maior circulação do país. Em 1984, com o apoio à campanha das “Diretas Já”, o veículo atingiu o maior índice de popularidade da sua história, com o slogan “vende mais porque é melhor”. Para Meneses (2013), o projeto de reformulação da identidade da *Folha de São Paulo* teve que elaborar uma narrativa que suprisse as fragilidades políticas e que focasse em eventos como a abertura dos anos 1980 – que, segundo a autora:

Funcionaram como acontecimentos deflagradores de uma identidade desejável, tanto política como comercial. Como memória, serviram para vincular o jornal à lembrança nacional da redemocratização e o fim do período ditatorial. Como esquecimento, serviram no conjunto de suas argumentações para reescrever sua memória, agora distante, em relação ao Golpe Militar de 1964 (MENESES, 2013, p. 67).

Dessa forma, Meneses (2013) aponta que o jornal manteve o apoio ao governo enquanto fosse de interesse editorial, ao mesmo tempo que houve um crescimento no mercado que garantiu estabilidade ao veículo que, mais tarde, opôs-se ao regime para se intitular plural e apartidário.

Se, inicialmente, sua associação e convivência com o governo militar lhe renderam estabilidade e possibilidade de crescimento mercadológico, duas décadas depois, foi o elemento que lhe permitiu construir a imagem como veículo plural e apartidário, justamente por se apresentar como seu opositor (MENESES, 2013, p. 68).

A *Folha de São Paulo* faz parte do Grupo Folha, um dos principais conglomerados de mídia do país – que controla, além do jornal, o instituto Datafolha, a agência de notícias *Folhapress* e o Centro Tecnológico Gráfico-Folha (CTG-F). A linha editorial do jornal se mantém como liberal “diante da economia, da política e dos costumes” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019, on-line), bem como a posição de defender um jornalismo “crítico, apartidário e pluralista” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019, on-line).

Uma vez contextualizado o veículo aqui tratado, introduz-se a definição de editorial, considerado enquanto gênero discursivo. Mendes e Mendonça (2021, p. 108) definem o editorial como “gênero do campo jornalístico por meio do qual é apresentada a opinião institucional e coletiva de um jornal ou revista sobre temas da atualidade considerados relevantes”. De acordo com as autoras, eles podem tratar de temas políticos, econômicos e sociais e geralmente têm relação com um fato noticioso.

Do ponto de vista bakhtiniano, os editoriais são facilmente identificados como um gênero do discurso:

Eles possuem relativa estabilidade quanto a estilo, tema e estrutura composicional; emanam de uma esfera social de comunicação e nela se desenvolvem – o jornalismo; promovem a alternância interacional entre sujeitos historicamente situados – a empresa jornalística e o conjunto

de leitores; e apresentam determinadas formas típicas de acabamento e de exauribilidade no tratamento do objeto de sentido (ALVES FILHO, 2006, p. 84).

Os editoriais selecionados do ano de 2016 possuem, na maioria dos casos, uma estrutura comum: iniciam com um problema real da educação brasileira, com notícias sobre os temas (como a precariedade de colégios públicos, a evasão escolar, a desigualdade de ensino ou as baixas notas dos alunos), desenvolvem o problema e, ao final, trazem o novo Ensino Médio como a solução para a questão, justificado pelo ensino flexível.

No primeiro editorial (E1) que trata da Reforma do Ensino Médio, publicado em 26 de setembro de 2016 e intitulado “Resgatar o ensino” (Anexo A), destacam-se alguns dos principais pontos propostos pela reforma, como a fonte do financiamento do tempo integral e o prazo para a diversificação dos cursos. Por outro lado, discute questões controversas da medida: “A medida provisória, porém, é confusa. Sugere que vários ‘itinerários formativos’ talvez não sejam oferecidos, a depender de escolhas e recursos de cada Estado. Há risco, portanto, de oferta desigual de oportunidades” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, n. p.). O jornal admite que a Reforma carece de explicações e indica que a reforma não é inovadora, por isso a necessidade do “resgate do ensino”, como indica o título, que apresenta, conforme a etimologia da palavra, a necessidade de salvar ou libertar o ensino de uma situação de risco.

O E1 ainda afirma que “valer-se de medida provisória para assunto tão delicado constitui ato no mínimo antipedagógico, se não inconstitucional, e causador de instabilidade nas escolas, pelo açodamento” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, n. p.). Isso reflete a crítica ao modo como a Reforma foi apresentada, como uma Medida Provisória, recurso usado pelo Presidente da República em situações de urgência, e, dessa forma, deixando de lado discussões e outros projetos em andamento sobre o tema. As escolhas dos termos “antipedagógico”, “inconstitucional” e “instabilidade” para definir a medida provisória da Reforma refletem o contexto político em que o Brasil estava inserido com o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, ocorrido menos de um mês antes.

Por fim, o E1 defende que um “debate mais prolongado permitiria a correção de pontos obscuros da lei”, mas define como “um bom começo de conversa” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, n. p.). Anteriormente, no próprio E1, o jornal



criticava o fato de a Reforma ter sido lançada como MP, ou seja, não poderia ser um bom começo de conversa, pois não houve conversa com teóricos, especialistas e a comunidade escolar. O bom começo de conversa, na verdade, seria o debate mais prolongado.

Se o posicionamento do veículo no primeiro editorial sobre o tema evidenciava a forma como a Reforma foi apresentada, no segundo ele apresenta motivos pelos quais ela se faz necessária. O editorial (E2), publicado em 06 de outubro de 2016, que leva o título de “Nota perversa” (Anexo B), fazendo referência às notas baixas dos alunos no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, descreve, inicialmente, a situação precária dos colégios públicos, tanto estruturais, como de desempenho no Enem. O texto argumenta que “a escola pública deveria favorecer a igualdade de oportunidades. Como regra, no entanto, alimenta o círculo de exclusão em que o aluno pobre vive desde o berço” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, n. p.).

Diante da desigualdade e precariedade presente no ensino público, o E2 traz como “é mais que oportuno, portanto, o debate sobre a reforma do ensino médio, ora em análise no Congresso, e a confecção da base nacional comum curricular” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, n. p.). De acordo com o jornal, a confecção de uma base comum aos estudantes seria o caminho para “favorecer a igualdade de oportunidades” como apresentado no trecho anterior, porém, conforme salienta o E1, nem todos os itinerários podem ser ofertados, o que reverbera, ainda assim, a desigualdade e a precariedade.

De fato, a reforma mais oportuna para os interesses do governo neoliberal que propôs a reforma, e que apresentou também um congelamento de gastos públicos por vinte anos, por meio da PEC nº 55 de 2016, conhecida como PEC do Teto de Gastos, que incluía os investimentos na educação<sup>4</sup>.

O jornal traz como conclusão do editorial que “ampliar a carga horária das escolas, delimitar o conteúdo obrigatório e dar mais autonomia ao aluno na escolha das disciplinas são passos positivos para renovar um sistema hoje condenado ao fracasso” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, n. p.), questões apresentadas na Reforma do Ensino Médio. Para o jornal, portanto, o que ele considera como “educação igualitária” seria alinhar as propostas do ensino aos critérios de avaliação do Enem e

4

Disponível em:  
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/11/21/teto-de-gastos-provocou-queda-de-recursos-para-educacao-apontam-especialistas>

outros avaliadores de larga escalas (que avalia o desempenho dos estudantes pelas disciplinas linguagens, matemática, ciências humanas e ciências da natureza) com a finalidade de atribuir uma nota e medir o sucesso ou fracasso dos alunos e professores.

Em vista disso, se o ensino público não se alinhar com as pedagogias neoliberais e nas reformas globais presentes tanto na reforma educacional quanto na BNCC, é possível que o jornal considere que esteja "condenado ao fracasso". Essas reformas foram propostas por um grupo coordenado e financiado pela Fundação Lemann<sup>5</sup> com o objetivo de otimizar a gestão escolar, padronizar currículos e, principalmente, melhorar as avaliações, o que influenciou em secretarias municipais e estaduais.

Entre as oposições que se colocaram diante das reformas impostas pelo Presidente da República, os estudantes secundaristas organizaram ocupações em colégios a partir do final de setembro daquele ano. Em 02 de novembro de 2016, o jornal publica o editorial "Ocupação racional" (E3, em Anexo C) que aponta como as ocupações afetam não só a aplicação do Enem, que seria realizado em algumas escolas ocupadas, como também os alunos que não aderiram às paralisações. Para a Folha de São Paulo, os secundaristas "têm de se organizar para articular com mais profundidade suas objeções à reforma encaminhada pela gestão Temer" (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, n. p.) e, por isso, "não basta apegar-se a simplificações, como afirmar que certas disciplinas desaparecerão da grade" (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, n. p.). O jornal apresenta apenas uma das reivindicações dos estudantes e deslegitima definindo-a a uma simplificação de modo que tirar disciplinas seria uma simplificação.

Ao utilizar como título "Ocupação racional", o jornal aponta que questionamentos podem ser feitos, desde que racionalmente, e não da forma como os estudantes propuseram: ocupando os colégios. O E3 destaca que os estudantes precisam "amadurecer suas propostas", caso contrário, elas podem acabar como as "rotineiras" greves dos professores e assim "empobrecer ainda mais o ensino que já é de péssima qualidade" (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, n. p.), sugerindo que as greves dos professores, que têm como pautas a exigência de condições minimamente humanas de trabalho na educação, são o motivo do ensino ser o que

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/5397>

eles julgam como de “péssima qualidade”, e não a falta de estrutura, de formação continuada, de incentivo a pesquisa, de políticas de valorização.

Por fim, o editorial “Escola mais flexível” (E4, Anexo D) publicado em 19 de dezembro de 2016, uma semana após a aprovação da medida na Câmara e apresenta-a como “um passo importante para enfrentar o desinteresse de jovens brasileiros pela escola” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, n. p.). O texto mostra como os jovens estão desinteressados pela escola, devido à combinação nada atraente do ensino médio brasileiro — formato engessado e conteúdo enciclopédico. A reforma proposta pelo governo federal só terá êxito se conseguir alterar essa base defasada” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, n. p.). Portanto, de acordo com o jornal, o novo Ensino Médio seria mais atraente caso os estudantes pudessem escolher as disciplinas a serem cursadas.

Ao longo dos editoriais veiculados nesse primeiro período, a Folha de São Paulo elenca muitos dos problemas enfrentados pela educação brasileira. Em particular, o jornal identifica a evasão escolar de jovens devido à falta de interesse nos estudos como o principal problema. A publicação argumenta que a flexibilização da grade curricular proposta pela Reforma é uma medida que poderia abordar essas lacunas, construindo a narrativa de que a Reforma é a solução necessária.

Essa perspectiva se repete nos editoriais, nos quais a Reforma é apresentada como a resposta aos problemas educacionais destacados pelo jornal ao longo de suas publicações. Apesar de reconhecer a necessidade de debates mais aprofundados sobre essa reforma, a Folha de São Paulo persiste em defender a urgência.

O segundo período analisado refere-se a quase seis anos da apresentação da Medida Provisória nº 746, que teve diversas alterações até a aplicação. Com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em janeiro de 2023, as discussões e pedidos para revogação do novo Ensino Médio tomaram força. Nesse contexto, a Folha de São Paulo publica o editorial “Desafio para o MEC” (E5, em Anexo E) em 22 de fevereiro de 2023, destacando os pontos positivos da reforma, como a ampliação da carga horária e a flexibilidade do currículo, como é possível observar no trecho: “Já a oportunidade de personalizar a grade curricular é vista como um possível remédio contra um dos maiores males que assolam essa fase do ensino: o abandono por falta de interesse” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023, n. p.).

Por outro lado, o texto também expõe problemas na aplicação, como a carência de recursos físicos e humanos e a necessidade de que alguns alunos precisem trabalhar, sendo que “o aumento da carga horária desconsiderou esse público” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023, n. p.), um reflexo da desigualdade social. O editorial salienta a gestão do MEC do governo Bolsonaro e a pandemia como empecilhos para a implantação do novo Ensino Médio e conclui, portanto, que “não é o caso de revogar a reforma, como apressadamente já defendem algumas organizações estudantis” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023, n. p.), mas que o MEC passe a organizar sua aplicação.

Já o editorial “Alerta na Educação” (E6, Anexo F), publicado em 04 de abril de 2023, sobe o tom ao criticar o congelamento da implantação do novo ensino médio, e do Enem nos moldes da reforma argumentando que “não está clara a razão para esse choque nas expectativas de escolas, alunos e professores” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023, n. p.), porém “a explicação plausível é a de que prevaleceu, na decisão, o afago ao esquerdismo inconsequente e ao corporativismo sindical” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023, n. p.), referindo-se ao movimento estudantil e aos sindicatos de professores. O trecho destaca que a decisão de congelar a implementação do Novo Ensino Médio seria uma política de “esquerda”, no entanto em nenhum momento nos editoriais veiculados no contexto do governo Temer há a marcação da Reforma ser uma política de direita.

O E6 aponta que, apesar de necessitar de ajustes, a reforma ao “facultar que jovens na transição para a vida adulta definam uma parte do currículo, num cardápio que inclui trilhas profissionalizantes, reflete as melhores práticas internacionais” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023, n. p.). Afirmações como essa desconsideram o fato de o Brasil possuir suas próprias particularidades e desafios, e, além disso, defender as trilhas profissionalizantes é formar uma mão de obra pouco formada e precarizada. Assim, o E6 chega à conclusão de que “o Brasil já deveria ter superado o mau hábito de arriscar a formação de milhões de estudantes, tratando-os como cobaias, com base em ideologias de botequim” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023, n. p.). O jornal define as políticas adotadas pelo novo governo como “ideologias de botequim”, que podem ser entendidas como debates informais, superficiais e descompromissados, que ocorrem em ambientes descontraídos, como bares, cafés ou outros lugares sociais sem uma base teórica sólida e carregada de subjetividade e opiniões pessoais.

Os estudantes foram cobaias de uma reforma apresentada por Medida Provisória e sem grandes diálogos com a classe estudantil, portanto, as “ideologias de botequim” não deveriam ser as propostas pelo novo governo, mas sim as neoliberais que apresentaram essa reforma.

O jornal segue defendendo a reforma do Ensino Médio, mesmo elencando as contradições na aplicação da mesma, como fica claro no editorial “Ensino médio urgente” (E7, Anexo G) de 04 de julho de 2023. O texto elenca as principais mudanças do novo ensino médio e os problemas na implantação, resgatando que “o objetivo é mitigar desigualdades. Ao diminuir o escopo das disciplinas obrigatórias, sem haver estrutura para as optativas, alunos da rede pública e de regiões mais carentes podem ser prejudicados” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023, n. p.). Entretanto, afirma que “muito já foi investido na reforma e, como os próprios gestores estaduais afirmam, não faz sentido jogar esse trabalho fora” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023, n. p.). Conclui que, com a consulta pública e estudos baseados em evidência, é possível implantar o novo em de forma eficaz.

Ao colocar os discursos dos editoriais de 2016 e 2023 lado a lado, percebe-se pouca mudança dos posicionamentos apresentados pelo jornal. O jornal não ignorou as resistências que a reforma teve nos dois períodos, mas deslegitima o direito de se colocar contra, definindo-as ora como “irracional”, ora como “esquerdismo inconsequente e ao corporativismo sindical”. Apesar de reconhecer as falhas, tanto na medida provisória de 2016, quanto na aplicação do novo ensino médio, a intenção do jornal sempre foi de defender o projeto sob uma falsa alegação de oportunizar ensino igualitário com formação personalizada e técnica aos estudantes, mas que depois de sete anos, apenas evidenciou ainda mais as desigualdades do ensino brasileiro. Dessa forma, é possível afirmar que os editoriais refletem um posicionamento de direita, a favor de políticas educacionais neoliberais e que corroboram com a própria linha editorial que se apresenta como liberal.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho teve como objetivo analisar como os editoriais do jornal Folha de São Paulo abordaram a Reforma do Ensino Médio em dois diferentes períodos: de 01 de setembro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, e de 01 de janeiro de 2023 a 31 de julho de 2023 e, de que forma, eles refletem o posicionamento do

jornal ao longo dos períodos. Para isso, foram analisados sete editoriais, quatro de 2016 e três de 2023, que trouxessem o tema em destaque.

A análise das escolhas lexicais, da ordem de apresentação das informações e da persistência na defesa de um discurso específico permitiram identificar uma continuidade na abordagem do veículo, apesar das mudanças no contexto ao longo dos anos, constituindo, assim, uma imagem positiva da reforma do Ensino Médio. Dessa forma, este estudo destaca a importância da análise crítica da cobertura midiática, e o papel significativo que a mídia desempenha na formação de perspectivas e na moldagem do debate público.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA PEREIRA, Rodrigo; RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso sob perspectiva da análise dialógica de discurso do Círculo de Bakhtin. **Letras**, on-line, n. 40, p. 147-162, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/12149>. Acesso em: 10 set. 2023.

ALERTA na Educação. **Folha de S.Paulo**, Opinião, São Paulo, 04 abr. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/04/alerta-na-educacao.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2023.

ALVES FILHO, Francisco. A autoria institucional nos editais de jornais. **Alfa**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 77-89, 2006.

AMARAL, Manoel Francisco do. Educação e epistemologias: críticas à pedagogia das competências à luz da pedagogia histórico-crítica. **Filosofia e Educação**, on-line, v. 14, n. 1, p. 65-91, 2022. Disa reforma do Ensino Médio proposta por Medida Provisória pelo então presidente Michel Temer. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8668490>. Acesso em: 13 mai. 2023.

ASSINATURAS DIGITAIS CRESCEM, MAS RITMO É O MENOR DESDE 2018. **Poder360**, 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/assinaturas-digitais-crescem-mas-ritmo-e-o-menor-desde-2018/>. Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 02 set. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm). Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: 22 de setembro de 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm). Acesso em: 18 set. 2023.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOSHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem.** Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014 [1979].

BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chave.** São Paulo: Contexto, 2005.

BUGS, J. D.; TOMAZETTI, E. M.; OLIARI, G. **A Reforma Do Ensino Médio (Lei 13.415/2017):** Um Estudo De Revisão Bibliográfica. Políticas Educativas - Revista Do Programa De Políticas Educativas Do Núcleo Educação Para A Integração Da Associação De Universidades Do Grupo Montev, v. 14, p. 86-97, 2020.

CAETANO, Maria Raquel. As reformas educativas globais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Textura**, Canoas, v. 22, n. 50, p. 36-53, abr/jun 2020.

DAVID, Franciele Maria. **Movimento das ocupações escolares:** “o fazer político dos jovens secundaristas” no município de Francisco Beltrão-PR. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2019. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/4847>. Acesso em: 13 mai. 2023.

DÉCADA de 40 – Redação adota imparcialidade como política. **Folha de São Paulo**, São Paulo. FolhaOnline, Círculo Folha. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia\\_40.htm](https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_40.htm). 13 mai. 2023.

DÉCADAS de 20 e 30 – Em julho de 1925, é criada a ‘Folha da Manhã’. **Folha de São Paulo**, São Paulo. FolhaOnline, Círculo Folha. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia\\_20\\_30.htm](https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_20_30.htm). Acesso em: 13 mai. 2023.

DESAFIO para o MEC. **Folha de S.Paulo**, Opinião, São Paulo, 22 fev. 2023. Disponível em: Acesso em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/02/desafio-para-o-mec.shtml>. 22 ago. 2023.

ENSINO médio urgente. **Folha de S.Paulo**, Opinião, São Paulo, 04 jul. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/07/ensino-medio-urgente.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2023.

ESCOLA mais flexível. **Folha de S.Paulo**, Opinião, São Paulo, 19 dez. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/12/1842638-escola-mais-flexivel.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2023.

FIORIN, José Luiz Fiorin. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2011.

FUGA da Escola. **Folha de S.Paulo, Opinião**, São Paulo, 12 dez. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/12/1840488-fuga-da-escola.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2023.

HISTÓRIA da Folha. **Folha de São Paulo**, São Paulo. FolhaOnline, Círculo Folha. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia\\_folha.htm](https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm). Acesso em: 13 mai. 2023.

JORNALISMO profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância – Documento atualiza compromissos da Folha em uma era de mudança de hábitos dos leitores. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2019. Projeto Editorial, Introdução. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/introducao.shtml>. Acesso em: 11 set. 2023.

JUNG, H. S.; FOSSATTI, P. **Duas décadas de LDB 9394/96: gênese, (des)caminhos, influência internacional e legado**. Teoria e Prática da Educação, v. 21, n. 3, p. 53-65, 5 dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/45213/pdf>. Acesso em: 11 set. 2023.

MAGALHÃES, Mário. **Militares ameaçam suspender circulação: Folha apoiou o regime de 64, mas se engajou na redemocratização nos anos 70**. Folha de São Paulo, São Paulo, 2001. FolhaOnline, 80 anos, Tempos Cruciais. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos\\_cruciais-02.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02.shtml). Acesso em: 8 set. 2023.

MELO, Adriana Almeida Sales de; SOUSA, Flávio Bezerra de. **A agenda do mercado e a educação no governo Temer**. Germinal – marxismo e educação em debate, on-line, v. 9, n. 1, p. 25-36, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21619>. Acesso em: 13 set. 2023.

MENDES, H. M.; MENDONÇA, M. C. **JORNALISMO DIGITAL EM PERSPECTIVA DIALÓGICA: UMA ANÁLISE DO GÊNERO EDITORIAL NA FOLHA DE S.PAULO**. Revista do GEL, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 101–128, 2021. DOI: 10.21165/gel.v18i1.2979. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/2979>. Acesso em: 11 out. 2023.

MENESES, Sônia Maria. **Ditadura, Democracia e Esquecimento: 1964 - o acontecimento recalcado e a ascensão do Jornal Folha de São Paulo como canal da democracia**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 39-71, 2013.



Disponível em:

<https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013039>.  
Acesso em: 8 set. 2023.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Por que a urgência da reforma do Ensino Médio?** Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). Educação & Sociedade, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, abr.-jun., 2017.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/8hBKtMRjC9mBJYjPwbNDktk/?format=pdf&lang=pt>.  
Acesso em: 13 set. 2023.

NOTA perversa. **Folha de S.Paulo**, Opinião, São Paulo, 06 out. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/10/1820301-nota-perversa.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2023.

OCUPAÇÃO racional. **Folha de S.Paulo**, Opinião, São Paulo, 02 nov. 2016.

Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/11/1828598-ocupacao-racional.shtml>.  
Acesso em: 22 ago. 2023.

RAMOS, M. N.; FRIGOTTO, G. **Medida Provisória 746/2016: a contra-reforma do ensino médio do golpe de estado de 31 de agosto de 2016**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 16, n. 70, p. 30–48, 2017. DOI:

10.20396/rho.v16i70.8649207. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8649207>.  
Acesso em: 11 set. 2023.

RESGATAR o ensino. **Folha de S.Paulo**, Opinião, São Paulo, 26 set. 2016.

Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/09/1816807-resgatar-o-ensino.shtml>.  
Acesso em: 22 ago. 2023.

RÜDIGER, F. **As teorias da imprensa do liberalismo tardio**. Brazilian journalism research, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 298–313, 2015. DOI: 10.25200/BJR.v11n1.2015.640. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/640>. Acesso em: 15 set. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

## ANEXO A - RESGATAR O ENSINO

A reforma do ensino médio do governo de Michel Temer (PMDB) não apresenta inovações essenciais em relação a planos e diretrizes legais para a educação. No entanto, a medida provisória define prazos e, em tese, fundos que podem auxiliar a implementação de providências previstas no papel.

São três as mudanças de maior impacto. Estipula-se uma fonte de financiamento para auxiliar a expansão do ensino integral. Fixa-se um prazo para a diversificação e especialização dos cursos do ensino médio. Estabelece-se que o teor dos exames de admissão em faculdades deve seguir os assuntos definidos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em elaboração.

O Plano Nacional de Educação, de 2014, prevê que, até 2024, se ofereça educação em tempo integral em pelo menos metade das escolas, atendendo no mínimo 25% dos estudantes -ora 6% pelo dado mais recente, o Censo Escolar de 2015.

Segundo o plano Temer, o governo federal disponibilizará fundos para auxiliar essa transição, por quatro anos. Há controvérsia sobre a suficiência de dinheiro e a exiguidade do prazo. Trata-se, afinal, de aumento na carga horária, de 800 horas anuais (quatro por dia) para 1.400 horas (sete horas).

A diversificação dos cursos, por sua vez, constava de modo vago da Lei de Diretrizes e Bases, de 1996. Explicita-se agora que se devem oferecer cinco áreas de concentração em até dois anos depois de aprovada a base curricular.

A BNCC tomará metade das horas de aula. Na outra parte, os estudantes escolherão entre cinco "itinerários formativos" para se aprofundar: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação profissionalizante.

A mudança está em consonância com reformas de ensino ou práticas históricas em países de educação mais avançada. Permite a redução do número exagerado de disciplinas (13) e a oferta de um curso mais atraente para os jovens.

A medida provisória, porém, é confusa. Sugere que vários "itinerários formativos" talvez não sejam oferecidos, a depender de escolhas e recursos de cada Estado. Há risco, portanto, de oferta desigual de oportunidades.

Em outra frente, o plano dá fim à obrigatoriedade do ensino de educação física (decisão muito controversa, por questões de saúde), artes, filosofia e sociologia, mas o elenco final será determinado pela BNCC. A exigência de

português, matemática, inglês e "o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política" é definida explicitamente.

Tudo somado, a medida baseia-se em debates faz anos em curso no Brasil. Parece uma versão enxuta da reforma que estava em tramitação. Ainda assim, valer-se de medida provisória para assunto tão delicado constitui ato no mínimo antipedagógico, se não inconstitucional, e causador de instabilidade nas escolas, pelo açodamento.

Um debate mais prolongado permitiria a correção de pontos obscuros da lei e a definição mais prática de meios de sua implementação. Como isso ainda pode acontecer no Congresso, trata-se de um bom começo de conversa -embora iniciado com um mau passo.

## ANEXO B - NOTA PERVERSA

Já não se veem alunos jogando cadeiras escada abaixo, relata uma estudante da Escola Estadual Nair Olegário Cajueiro (zona sul de São Paulo), mas o ano letivo começou sem que houvesse docentes para pelo menos três disciplinas e continuou com menos de 40% dos professores especializados nos temas que ministram.

Inexistindo rampas de acesso e estando o elevador quebrado, uma jovem cadeirante depende do auxílio de colegas para chegar ao segundo andar, onde tem aulas. Numa cena de realismo fantástico, a quadra esportiva ficou boa parte do tempo inutilizada devido ao acúmulo de fezes de pombos.

Pior média no Enem (Exame Nacional de Ensino Médio) de 2015 entre as escolas paulistanas, a Cajueiro reúne problemas estruturais que compõem o quadro da rede pública de ensino e produzem óbvios reflexos na qualidade da educação.

O vergonhoso descompasso da educação no Brasil se evidenciou, mais uma vez, com os números divulgados na terça-feira (4). Nada menos que 91% das unidades públicas ficaram abaixo da média nacional no Enem; no sistema privado, esse índice cai para 17%.

A média geral é calculada a partir das notas das quatro provas objetivas: linguagens, matemática, ciências humanas e ciências da natureza. Entre as 100 escolas que se saíram melhor no país, apenas 3 são públicas; entre as 1.000, só 49 —na edição de 2014, eram 93.

Trata-se de cenário desolador, sobretudo porque há indícios de que a situação seja ainda pior.

Como somente se divulgam os dados de escolas em que ao menos metade dos alunos participou do Enem, 60% das escolas públicas não figuram na lista —e é razoável supor que nelas se encontram os jovens mais desestimulados, pois a maioria nem procura essa porta de acesso às universidades.

A escola pública deveria favorecer a igualdade de oportunidades. Como regra, no entanto, alimenta o círculo de exclusão em que o aluno pobre vive desde o berço.

A análise das unidades com as melhores notas atesta a importância da renda no resultado. Das 200 primeiras instituições da lista, 180 possuem alunos com nível

socioeconômico alto e muito alto (a classificação leva em conta a escolaridade dos pais, renda e bens da família, entre outros fatores).

É mais que oportuno, portanto, o debate sobre a reforma do ensino médio, ora em análise no Congresso, e a confecção da base nacional comum curricular.

Ampliar a carga horária das escolas, delimitar o conteúdo obrigatório e dar mais autonomia ao aluno na escolha das disciplinas são passos positivos para renovar um sistema hoje condenado ao fracasso.

## ANEXO C - OCUPAÇÃO RACIONAL

Encerrado nesta terça-feira (1º/11) o prazo do governo federal para desocupar escolas em que se realizaria o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), permaneciam sob controle de estudantes 304 estabelecimentos do total de 16 mil selecionados. Com isso, 191,5 mil dos 8,6 milhões de inscritos só farão a prova em 3 e 4 de dezembro.

Estima-se que haja mais de mil colégios tomados por jovens no país todo. O epicentro se encontra no Paraná, onde 850 escolas chegaram a estar invadidas.

Sob pressão de mandados de reintegração de posse, as ocupações paranaenses recuaram para 315, segundo a Secretaria da Educação do Estado.

Assestado contra o teto de gastos federais e a reforma do ensino médio propostos pelo governo do presidente Michel Temer (PMDB), o movimento não afeta só candidatos do Enem. Sai prejudicada também a maioria de alunos que não aderiu à paralisação e fica privada de aprender.

Isso não é razão para endossar as ocupações, nem muito menos reagir com truculência a elas. Embora a interrupção forçada das aulas esteja longe de ser a melhor maneira de se fazerem ouvir, os jovens são parte diretamente interessada nos rumos do ensino e têm direito a influir neles.

Em 2015, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), deu farto exemplo do que não se deve fazer. Tentou impor uma reorganização física das escolas, mas teve de recuar no projeto, em si justificável, quando se tornou evidente que a repressão só fazia o movimento adensar-se e a popularidade do tucano despencar.

Esclarecer e convencer, aqui como em qualquer atividade educativa, são imperativos. Para isso, os próprios estudantes têm de se organizar para articular com mais profundidade suas objeções à reforma encaminhada pela gestão Temer.

Não basta apegar-se a simplificações, como afirmar que certas disciplinas desaparecerão da grade. Algumas deixam de ser obrigatórias, mas boa parte da carga horária do ensino médio ainda terá de ser preenchida com outras aulas além de língua e matemática.

Tais mudanças caminham no sentido de tornar mais flexível o currículo. Não é de hoje que há consenso sobre isso, bem como a respeito de outros pontos da reforma.

Se não derem passos para amadurecer suas propostas, as ocupações podem terminar promovendo o mesmo efeito das rotineiras greves realizadas pelos professores nas redes públicas: empobrecer ainda mais um ensino que já é de péssima qualidade.

## **ANEXO D - ESCOLA MAIS FLEXÍVEL**

A aprovação da proposta de reforma do ensino médio pela Câmara dos Deputados na semana passada representa um passo importante para enfrentar o desinteresse dos jovens brasileiros pela escola.

Um dos principais pontos da medida provisória apresentada pelo governo, que ainda precisa passar pelo Senado, é oferecer aos alunos maior autonomia na escolha dos temas em que desejam se aprofundar.

Pelo texto, 60% do currículo deve ser comum a todos, enquanto 40% dependerão da preferência individual por áreas específicas do conhecimento. Segundo pesquisa realizada pelo Datafolha com estudantes do 8º e 9º anos do ensino fundamental e do ensino médio, a maior flexibilidade vai ao encontro dos anseios dos jovens.

A medida é vista como boa ou ótima por 58% deles. Por outro lado, apenas 40% dos pais, também ouvidos no levantamento, pensam da mesma forma. A atitude cautelosa talvez reflita insegurança em relação à maturidade dos estudantes para decidir sobre o próprio futuro.

A escolha, de fato, será precoce para alguns. Preservar a atual estrutura do ensino médio, todavia, trará ainda mais prejuízos nessa etapa da educação formal. Pesquisas recentes apontaram que, estagnados em patamares muito baixos de desempenho, os adolescentes se distanciam das escolas.

Em 2012, 79% dos jovens brasileiros de 15 anos afirmaram não ter faltado um dia letivo nas duas semanas anteriores ao Pisa, exame realizado pela OCDE (organização de países desenvolvidos). Esse número caiu para 52% no ano passado.

Parte do problema resulta de uma combinação nada atraente do ensino médio brasileiro -formato engessado e conteúdo enciclopédico. A reforma proposta pelo governo federal só terá êxito se conseguir alterar essa base defasada.

Embora os deputados tenham reintroduzido como obrigatório o ensino de filosofia, sociologia, artes e educação física -disciplinas que a medida provisória antes tornava optativas-, deixaram uma margem para que as escolas ministrem essas aulas de forma combinada a outras áreas.

Parece ser uma boa solução, ao reconhecer o caráter interdisciplinar de muitos campos de estudo e atender a demanda dos jovens que protestaram contra a



eliminação dessas matérias.

Tudo indica que não haverá obstáculos para aprovar a reforma também no Senado. Ainda assim, restarão os desafios de definir a base comum para a parte fixa do currículo -ainda em discussão pelo governo- e garantir que todos os Estados e municípios terão, na prática, as condições de oferecer aos alunos a flexibilidade prometida pela nova legislação.

## ANEXO E - DESAFIO PARA O MEC

Reforma do ensino médio enfrenta dificuldades que exigem diálogo e coordenação.

Ninguém deveria imaginar que a implementação do novo modelo de ensino médio seria fácil. A reforma, sancionada em 2017, é ambiciosa e exige mudanças e adaptações em vários níveis. Ademais, o país se viu atropelado por dois cataclismos, a pandemia e o desgoverno do Ministério da Educação sob Jair Bolsonaro (PL).

No papel, o projeto é bom. Ele fundamentalmente amplia a carga horária dessa etapa de ensino, que passa de 2.400 horas-aula para 3.000 nas três séries, e dá mais liberdade para o aluno elaborar seu próprio currículo, de acordo com suas preferências e aptidões.

A ampliação da jornada constitui antiga recomendação de especialistas. Já a oportunidade de personalizar a grade curricular é vista como um possível remédio contra um dos maiores males que assolam essa fase do ensino: o abandono por falta de interesse.

O principal obstáculo à reforma, desde sempre antevisto, estava na carência de recursos, físicos e humanos, em especial na rede pública. Maior carga horária e mais opções para os alunos requerem mais salas de aula e mais professores especializados, o que não está ao alcance de todas as escolas.

Por isso a legislação previu um cronograma gradual para a implementação das mudanças, que iria estender-se até 2024.

Vale lembrar, ainda, que a reforma veio num contexto em que as redes já enfrentavam dificuldades para contratar docentes. Os salários não são atrativos e o cargo já não traz o prestígio social de outrora. Assim, na prática, muitas escolas oferecem ao corpo docente itinerários limitados, que é o contrário do objetivo do novo modelo.

Sob Bolsonaro, o Ministério da Educação praticamente saiu de cena, quando deveria desenvolver soluções para os problemas e repassá-las às redes de ensino. Com a pandemia, prioridades foram readequadas, com a adaptação ao ensino remoto no topo da lista —ainda que o desempenho nesse quesito não tenha sido dos melhores.

Outros desafios ficaram patentes. Um particularmente grave é o dos alunos que precisam trabalhar. O aumento da carga horária desconsiderou esse público, e não é aceitável que a necessidade de complementar a renda da família se torne um empecilho à educação.

Entretanto não é o caso de revogar a reforma, como apressadamente já defendem algumas organizações estudantis.

O que se espera agora, com o MEC de volta à ação, é que o órgão exerça sua função de coordenação, ao elaborar estratégias que facilitem a implementação do novo ensino médio em todo o país e oferecer respostas satisfatórias para os problemas que já surgiram e aqueles que ainda estão por vir.

## **ANEXO F - ALERTA NA EDUCAÇÃO**

Suspensão do Enem reformulado para o novo ensino médio carece de justificativa

O compromisso do Estado brasileiro com a educação de crianças e adolescentes requer que as políticas aprovadas pelo Congresso Nacional sejam implementadas pelo Executivo com previsibilidade.

Quando se colocam gerações inteiras de jovens numa nova trilha curricular, instando as 27 unidades federativas a adaptarem as suas redes de escolas e professores, supõe-se que as regras não serão alteradas no meio do caminho.

Não é o que, se depender do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), vai ocorrer com a reforma aprovada em 2017 do ensino médio, etapa que tipicamente atende alunos de 15 a 17 anos. Entre outras intervenções ainda não oficializadas, o Planalto quer suspender a realização, em 2024, do Exame Nacional do Ensino Médio reformulado para amoldar-se ao novo programa.

Inauguraram o currículo quase 3 milhões de adolescentes que em 2022 se matricularam no primeiro ano do ensino médio, 85% deles nas redes públicas estaduais. Prestes a concluir metade da jornada sob a nova orientação, são agora avisados de que o Enem na conclusão do ciclo de três anos não se adaptará ao que, afinal, estão estudando.

Não está clara a razão para esse choque nas expectativas de escolas, alunos e professores. O ministro da Educação, Camilo Santana (PT), diz que congelar a implantação do novo ensino médio dará tempo para que um grupo de trabalho finalize a avaliação do programa e proponha alterações.

Faz pouco sentido anunciar o cancelamento da prova adaptada antes de a comissão chegar às conclusões. A explicação plausível é a de que prevaleceu na decisão o afago ao esquerdismo inconsequente e ao corporativismo sindical.

Ajustes na reforma tal como vem sendo praticada são sem dúvida necessários. Abriu-se além do que redes escolares conseguem oferecer com qualidade o leque de opções aos alunos, que agora podem escolher 40% da carga letiva de acordo com suas preferências pessoais.

Mas esse parece ser um problema mais de organização e preparo de alguns Estados do que um defeito na concepção da reforma a exigir impugnação federal. Facultar que jovens na transição para a vida adulta definam uma parte do currículo,

num cardápio que inclui trilhas profissionalizantes, reflete as melhores práticas internacionais.

Corroborar essa impressão o fato de todos os secretários estaduais de Educação publicarem nota conjunta contrária à suspensão do Enem reformado. Espera-se que o governo federal reveja sua posição ou no mínimo a justifique melhor.

O Brasil já deveria ter superado o mau hábito de arriscar a formação de milhões de estudantes, tratando-os como cobaias, com base em ideologias de botequim.

## ANEXO G - ENSINO MÉDIO URGENTE

Com resultados da consulta pública, MEC precisa dar continuidade ao novo modelo

A reforma do ensino médio foi sancionada em 2017 e, quatro anos depois, definiu-se o cronograma de implementação que previa a conclusão em 2024. No entanto, devido a críticas de professores, alunos e gestores, o Ministério da Educação suspendeu a continuidade do programa em abril deste ano.

Abriu-se consulta pública, que se encerra nesta quinta-feira (6). Na segunda (3), o Conselho Nacional dos Secretários de Educação entregou sugestões ao MEC. No geral, os gestores apoiam o novo modelo, o que é bem-vindo, e as proposições obedecem ao bom senso.

A principal alteração seria na grade curricular. Antes da reforma, os três anos do ensino médio tinham 2.400 horas de disciplinas tradicionais obrigatórias, como matemática e português, para todos os alunos.

No novo modelo, são 3.000 horas, sendo 1.800 para as tradicionais e 1.200 para os chamados itinerários formativos, com matérias de escolha dos estudantes.

O Consed pede que 300 horas dos itinerários sejam flexíveis e possam ser usadas, a partir das necessidades de cada estado, para incremento das disciplinas obrigatórias.

Os itinerários foram o principal alvo das críticas que levaram à suspensão do programa. A inovação, afirmam especialistas, é necessária para enfrentar o flagelo da evasão escolar — ao direcionar o ensino para a vida profissional a partir de interesses dos alunos. A teoria, porém, esbarrou na prática.

As redes de ensino ainda não contam com estrutura (salas, laboratórios, equipamentos) nem professores suficientes, com formação específica, para uma extensão curricular ampla e de qualidade.

Ademais, o aumento da carga horária não considerou a situação de estudantes que precisam trabalhar, o que pode contribuir para a evasão —um dos problemas que o novo modelo pretende combater.

Os secretários também sugerem uma base comum de itinerários formativos, para orientar a oferta de disciplinas optativas.

O objetivo é mitigar desigualdades. Ao diminuir o escopo das disciplinas obrigatórias, sem haver estrutura para as optativas, alunos da rede pública e de regiões mais carentes podem ser prejudicados.

Muito já foi investido na reforma e, como os próprios gestores estaduais afirmam, não faz sentido jogar esse trabalho fora.

Com sugestões da consulta pública e estudos baseados em evidências, é possível aparar arestas para a implantação consistente do modelo, pelo bem dos 7,9 milhões de jovens que atualmente cursam o ensino médio no país. Isso precisa ser feito com urgência.